

O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas.

Alex Torres Domingues*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os desdobramentos e perspectivas da cana-de-açúcar sentidos nos últimos anos no estado do Mato Grosso do Sul. Essa expansão se mostra muito rápida, diante dos incentivos, por parte do governo federal bem como por parte do governo estadual, além dos incentivos das prefeituras. A partir dessa expansão, verificamos as muitas relações existentes, como: exploração de mão-de-obra indígena; contratação de migrantes; precarização do trabalho; contaminação de nascentes, do solo e do meio ambiente; expropriação de camponeses; entre outros. Notamos que houve um reordenamento espacial e territorial da atividade agroindustrial canavieira no referido estado.

Palavras-chave: agronegócio canavieiro; expansão canavieira; territorialização do capital; relações de trabalho; meio ambiente.

Abstract: This paper aims to analyze the developments and prospects for sugarcane experienced in recent years in the state of Mato Grosso do Sul. This expansion shows up very fast, before incentives from the federal government, as well as the state government in addition to the incentives of local governments. From this expansion, we see the many relationships, such as: sweatshop labor indigenous; hiring migrants; precarious work, contamination of water sources, soil and environment; expropriation of peasants, among others. We note that there was a reorganization of spatial and territorial sugarcane agroindustrial activity in that state.

Keywords: Agribusiness sugarcane, sugarcane expansion, the territorial capital, labor relations, environment.

Introdução

São Paulo, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais foram, até meados da década de 1990, os maiores estados produtores de cana-de-açúcar do Brasil, porém atualmente há unidades produtivas por todos os estados da região Centro-Oeste, destacando-se o Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás (GO).

No MS, ao observar dados da primeira safra (1984/1985) até a mais recente (2010/2011), verificamos o crescimento das toneladas de cana moída, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e a Udop (União dos Produtores de Bioenergia). Na safra de 1984/1985, a produção foi de 2.386,6 toneladas e na 2010/2011 foi de 34.333,2 toneladas de cana moída. Além disso, segundo o terceiro levantamento do mês de janeiro/2011 realizado pela Conab, o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 49% de área plantada de cana-de-açúcar, passando de 265,4 mil em 2009/2010 para 396,2 mil hectares em 2010/2011. Assim, no que

diz respeito a todo o território brasileiro, a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul ficou em primeiro lugar no ranking¹ dos estados brasileiros.

A cana-de-açúcar foi inserida no Mato Grosso do Sul, na década de 1980, após início do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que foi criado em 1975. A partir de então, ocorreram mudanças e transformações de ordem econômica, social, espacial e cultural.

Ao tratarmos sobre a história do Mato Grosso do Sul, vimos que o Estado tem tradicionalmente sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, com destaque inicial para a erva-mate². A partir de meados do século XX, entra em decadência o modelo de desenvolvimento em curso, o que oportunizou que outras atividades produtivas passassem a ser praticadas. Este é o caso da soja, do milho, e da pecuária de corte. A economia que atualmente predomina no estado é o agronegócio (soja, milho, cana-de-açúcar, pecuária extensiva, entre outros).

Mato Grosso do Sul, nos últimos cinco anos, tem ganhado destaque no Brasil, no que diz respeito à expansão canavieira, pois é considerado pelos grupos agroindustriais, como uma fronteira de expansão do setor. Este processo expansionista da cana-de-açúcar, além de obter incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, também faz parte das prioridades do apoio financeiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de outras fontes de investimentos públicos como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O setor canavieiro está implantado no Mato Grosso do Sul desde o ano de 1983, porém sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos locais e nas relações de trabalho como no pós-2000. Isto se deve ao fato de que, no início, o cenário político era outro e o setor não se revelava tão destrutivo diante do processo de expansão. Logo, toda a demanda de aceleração do crescimento do setor canavieiro nos motiva, a entender no âmbito da ciência geográfica e das relações de trabalho, seus desdobramentos e/ou perspectivas encontradas no mesmo.

No território sul-mato-grossense, o avanço do setor canavieiro é visível, no que diz respeito à substituição da pecuária e da soja, ou seja, começou haver conflitos e embates entre as classes capitalistas (usineiros, proprietários de terras, arrendatários, etc.). Essas relações geram algumas consequências que, de antemão, seriam: a) ampliação das relações de dominação do capital sobre o trabalho; b) controle social; c) “exclusão” dos camponeses, indígenas, migrantes do campo; d) ampliação da monocultura, entre outros.

Parte das ações do agronegócio canavieiro no Brasil fundamenta-se basicamente, na distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada para a exportação. Aliado a isso, o Estado nacional, tem como objetivo central, ampliar o processo de concentração de riquezas no meio rural gerando divisas para elevar o superávit da balança comercial, sendo também, da mesma forma no MS.

Notamos que há uma corrida desenfreada do capital por meio do agronegócio. Esse processo nos traz o lado perverso da expansão, provocando uma série de impactos negativos como: a degradação ambiental, a expulsão das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais, a artificialização da produção agrícola, as instabilidades na soberania alimentar, precarização das relações de trabalho, causando mudanças estruturais no mundo do trabalho.

Nesse processo, devemos estar com as atenções voltadas para as repercussões da reestruturação produtiva do capital encimada nas cadeias produtivas do agronegócio canavieiro e para as vinculações que estão sendo construídas com os conglomerados/corporações transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros que estão à frente da produção de insumos, processamento e comercialização da produção. Estas expressam ainda novos elementos de uma nova divisão internacional do trabalho³.

No Mato Grosso do Sul, as ações do agronegócio canavieiro se expressam de outras formas, além das mencionadas anteriormente, são elas: a territorialização da monocultura canavieira, a exploração de mão-de-obra, principalmente indígena, e a degradação dos solos, da água e dos recursos naturais.

A territorialização⁴ da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.

Se analisarmos a história do Brasil, verificaremos que a agricultura brasileira, desde o seu início, foi estrategicamente organizada com o objetivo de “fornecer produtos” (FABRINI, 1996) ao mercado externo. Primeiramente, as doações feitas pelo Rei de Portugal eram de grandes porções de terra. O primeiro produto a ser cultivado para a exportação foi a cana-de-açúcar e, como sabemos, esta cultura exige grandes áreas e um grande número de mão-de-obra. Portanto notamos que as condições de início para a exploração do campo brasileiro foram: a monocultura, o trabalho escravo, a produção para exportação, a grande propriedade, etc.

A partir daí, a cultura da cana se espalhou por todo o Brasil, em alguns lugares mais em outros menos. No entanto, a Região Nordeste ocupou a ponta da produção até o século XIX. Já no século XX, a Região Sudeste passa a ser a principal região produtora, dando destaque para o estado de São Paulo. Essa expansão não se restringe apenas ao estado de São Paulo, pois se consolida ainda no final do século XX, em outras áreas não tradicionais ou “novas fronteiras de expansão”, tais como: Triângulo Mineiro, Noroeste do Paraná, Centro-Sul-Leste do Mato Grosso do Sul e Centro-Sul-Sudeste de Goiás.

A expansão da lavoura canavieira, segundo Andrade (1994, p. 139-140), “só se tornaria exponencial a partir de 1979, quando o Proálcool passou a financiar a implantação de destilarias de álcool em todo o país”, e é nesse momento que o MS se tornaria um dos centros de atrações do capital agroindustrial canavieiro. Notamos que, o estado, vem ganhando maior destaque no mercado do agronegócio canavieiro, pois, segundo o IBGE, em 2010, já tem quase 400 mil hectares plantados com a gramínea (Tabela 01).

Tabela 01 – Área plantada com cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – 2011.

Ano	Área Plantada (hectares)
2002	112.100
2003	120.534
2004	130.970
2005	136.803
2006	152.747
2007	191.577
2008	252.544
2009	285.993

2010	399.408
------	---------

Fonte: PAM (Produção Agrícola Municipal) – IBGE.
Org.: DOMINGUES, A. T., 2012.

Como podemos observar na tabela 01, a lavoura canavieira vem se expandindo a cada safra. Entretanto, houve uma expansão mais expressiva a partir do ano de 2005. O destaque maior foi no ano de 2010, pois em 2009 tal lavoura ocupava cerca de 286 mil hectares, passando a ocupar quase 400 mil hectares no ano seguinte, ou seja, houve um crescimento na área plantada de quase 40%. Vale ressaltar que em 2005, no ranking brasileiro o MS estava em 9º lugar, passando para o 6º lugar quanto à área plantada com a gramínea.

Vale destacar também que, em função do desenvolvimento e do apoio incondicional ao agronegócio por parte do Estado, o Mato Grosso do Sul tem deixado de produzir os alimentos básicos ao ser humano, como arroz e a mandioca, segundo dados do IBGE (Tabela 02).

Tabela 02 – Queda da produção de alimentos no Mato Grosso do Sul (2000 – 2010).

Safra	Arroz (ton.)	Mandioca (ton.)
2000	226.649	591.231
2001	220.534	620.692
2002	213.260	731.644
2003	238.588	485.289
2004	241.177	491.195
2005	224.831	538.754
2006	187.768	495.348
2007	207.899	480.559
2008	188.406	572.975
2009	181.623	459.011
2010	142.668	543.303

Fonte: PAM - IBGE.
Org.: DOMINGUES, A. T., 2012.

Notamos que a produção de arroz e mandioca diminuiu com o passar dos anos, daí relacionamos com a expansão canavieira. Quanto à produção da cana-de-açúcar, verificamos que ocorre o inverso da produção de alimentos, ou seja, há um crescimento considerável (Tabela 03).

Tabela 03 – Evolução da produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul (2000 – 2010).

Safra	Produção (toneladas)
2000	5.837.456
2001	7.556.956
2002	8.575.190
2003	9.030.833
2004	9.572.305
2005	9.513.818
2006	12.011.538
2007	15.839.993
2008	21.362.034
2009	25.228.392
2010	34.795.664

Fonte: PAM - IBGE.
Org.: DOMINGUES, A. T., 2012.

Ressaltamos que, o crescimento na produção da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul veio aumentando a cada ano, pois na safra de 1990/1991 produzia-se pouco

mais de 4 milhões de toneladas e, em 2010/2011 tem-se uma produção de mais de 34 milhões de toneladas. Dessa forma, houve um crescimento de quase 730% desde a década de 1990. Contudo, a maior evolução da produção é vista na última safra (2010), pois apresenta um crescimento de mais de 37% com relação à safra anterior.

Vale lembrar que, o capital agroindustrial canavieiro está ocasionando diversos impactos no Mato Grosso do Sul, isto é, transformações econômicas, sociais, políticas, ambientais e espaciais. Com isso, a região que mais se nota o interesse deste capital, o que é revelado pelo crescimento do número de empresas agroindustriais, é a região Centro-Sul (Figura 01).

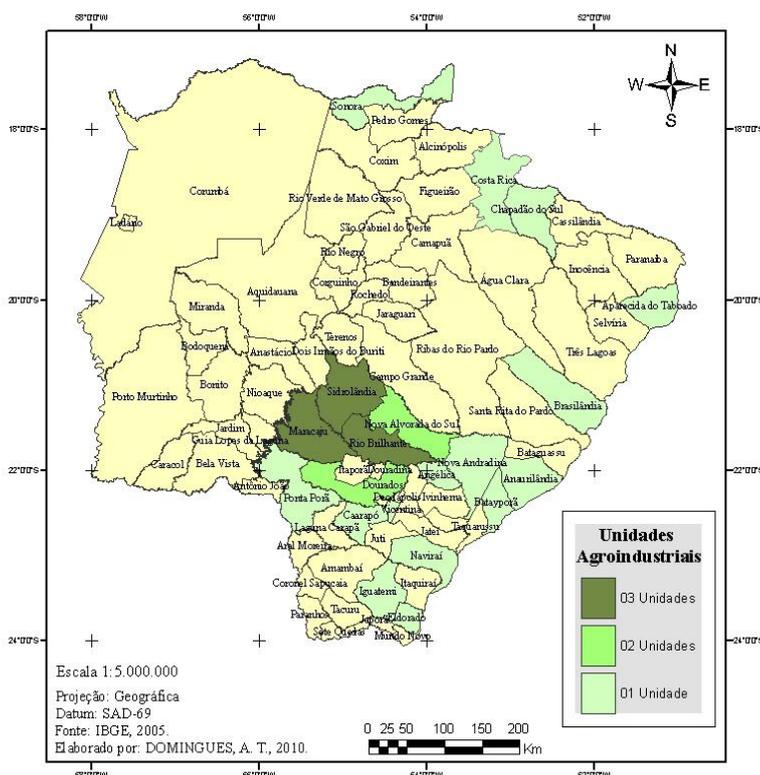


Figura 01 – Territorialização das unidades agroindustriais canavieiras nos municípios sul-mato-grossenses – 2010.

A partir da figura 01, vemos que há um predomínio e uma concentração maior das unidades agroprocessadoras na região centro-sul do Mato Grosso do Sul, no entanto há também, algumas outras unidades espalhadas pelo restante do estado, com exceção da região pantaneira, que é protegida por lei⁵ (Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar – ZAE Cana).

Esse zoneamento tem como principal objetivo, indicar a direção para o plantio da cana-de-açúcar. No entanto, não se trata apenas de uma política estatal direcionadora, mas também de sinalizar onde o capital agroindustrial pode explorar com mais intensidade todos os recursos disponíveis, como as melhores terras (planas, férteis e localização favorável e logística de transporte adequada), acesso à água, formando o Polígono do Agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009).

O MS é uma região promissora para a expansão canavieira, pois o preço e a produtividade da terra são atrativos, além da disputa por terras entre usinas/camponeses/sem terra em São Paulo – principalmente no pontal do Paranapanema, região produtora tradicional da cana-de-açúcar – ser muito grande. Isso faz com que o preço das mesmas disparem, não se tornando viável economicamente, instalar mais unidades naquela localidade. Quanto à produtividade, o solo sul-mato-grossense, principalmente na região sul do estado, tem semelhanças com os solos do estado de São Paulo, obtendo uma produtividade quase no mesmo patamar.

Ainda complementamos que, além do preço pago pelo arrendamento ou compra da terra, em Mato Grosso do Sul, tem-se poucas lutas consistente e constante por parte das organizações que envolvem a luta pela terra (MST, CUT, FETAGRI, CONTAG), criando um clima propício para essa expansão.

Uma luta que é marcante no estado, o que o diferencia dos outros, quanto à expansão canavieira, é a questão da demarcação das terras indígenas, que aguarda definições por parte da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O que notamos, é que o discurso do desenvolvimento baseado no avanço do agronegócio canavieiro coloca a demarcação sob uma pressão muito forte. Além disso, há um movimento no sentido de coibir a criação de novas terras indígenas, favorecendo a expansão canavieira (OLIVEIRA, 2009).

O Mato Grosso do Sul tem 79 municípios⁶, dentre os quais muitos deles estão direta ou indiretamente ligados ao setor canavieiro. O Estado é uma das novas fronteiras da bioenergia no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), em 2009, havia 28 unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar em operação e implantação (Tabela 04), além de alguns outros projetos que estavam sendo analisados pela SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo).

Acrescentamos que, dentre os municípios onde as unidades agroindustriais estão instaladas, Dourados, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Sidrolândia retêm uma maior concentração do capital canavieiro, totalizando 14 unidades agroprocessadoras.

Conseguimos também, visualizar essa expansão, por meio de imagens de satélites do INPE⁸ (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e acrescentamos que, a monocultura da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul está acontecendo de forma avassaladora e ininterrupta. Para tal visualização, utilizamos dados do Canasat, a fim de concluirmos sobre a expansão da lavoura canavieira no estado (Figuras 02 a 04).

Como podemos notar, algumas safras são o suficiente para demonstrar a expansão canavieira no MS. Vale ressaltar, que os municípios do estado que mais expandiram a cultura canavieira, foram Rio Brilhante, Naviraí e Angélica⁹.

Tabela 04 – Unidades produtoras de açúcar e álcool instaladas em Mato Grosso do Sul – 2009.

Nome Fantasia	Razão Social	Cidade	Produção
Alcoovale	Alcoovale S.A. - Açúcar e Alcool	Aparecida do Taboado	Aç. Alc.
Angélica	Angélica Agroenergia Ltda	Angélica	Aç. Alc.
Aurora	Aurora Açúcar e Alcool Ltda	Anaurilândia	Aç. Alc.
Costa Rica	Cia Brasileira de Energia Renovável	Costa Rica	Alcool
Brilhante	Usina Brilhante – Energia Açúcar e Alcool Ltda	Maracaju	Aç. Alc.
CBAA – Sidrolândia	Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool	Sidrolândia	Aç. Alc.
CBAA – Debrasa	Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool	Brasilândia	Alcool
Centro Oeste Iguatemi Ltda.	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	Iguatemi	Alcool
Dourados	Dourados S/A Açúcar e Alcool	Dourados	Aç. Alc.
Eldorado	Usina Eldorado Ltda	Rio Brilhante	Aç. Alc.
IACO	IACO Agrícola S.A.	Chapadão do Sul	Alcool
Laguna	Usina Laguna Alcool e Açúcar Ltda	Batayporã	Alcool
LDC – Unidade Passa Tempo	LDC Bioenergia S.A.	Rio Brilhante	Aç. Alc.
LDC – Unidade Rio Brilhante	LDC Bioenergia S.A.	Rio Brilhante	Aç. Alc.
LDC – Unidade Maracaju	LDC Bioenergia S.A.	Maracaju	Aç. Alc.
Monte Verde	Monte Verde Agro-Energética S.A.	Ponta Porã	Alcool
Nova América	Nova América S.A. - Industrial Caarapó	Caarapó	Aç. Alc.
Pantanal	Pantanal Agroindustrial S/A	Sidrolândia	Aç. Alc.
Rio Paraná	Usina Rio Paraná S/A	Eldorado	Aç. Alc.
Safi	Safi Brasil Energia Ltda	Nova Alvorada do Sul	Alcool
Santa Helena	Energética Santa Helena Ltda	Nova Andradina	Alcool
Santa Luzia	Agro Energia Santa Luzia Ltda	Nova Alvorada do Sul	Alcool
São Fernando	São Fernando Açúcar e Alcool Ltda	Dourados	Alcool
Sonora Estância	Cia Agrícola Sonora Estância	Sonora	Aç. Alc.
Usinavi	Usina Naviraí – Açúcar e Alcool	Naviraí	Aç. Alc.
Vale do Vacaria	Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	Sidrolândia	Aç. Alc.
Vicentina	Central Energética Vicentina Ltda	Vicentina	Aç. Alc.
Vista Alegre	Vista Alegre Açúcar e Alcool Ltda	Maracaju	Aç. Alc.

Fontes: MAPA/Secretaria de Produção e Agroenergia e UDOP. Org.: DOMINGUES, A. T., 2010.

Figura 02 – Expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – 2007.

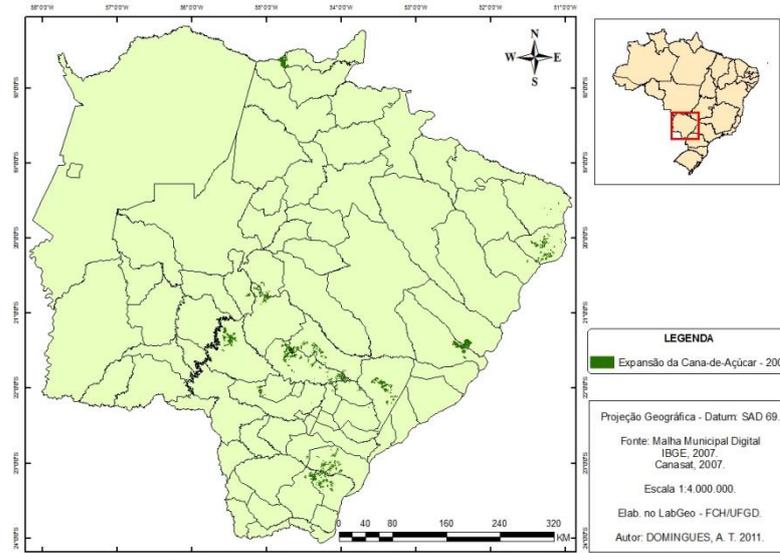


Figura 03 – Expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – 2008.

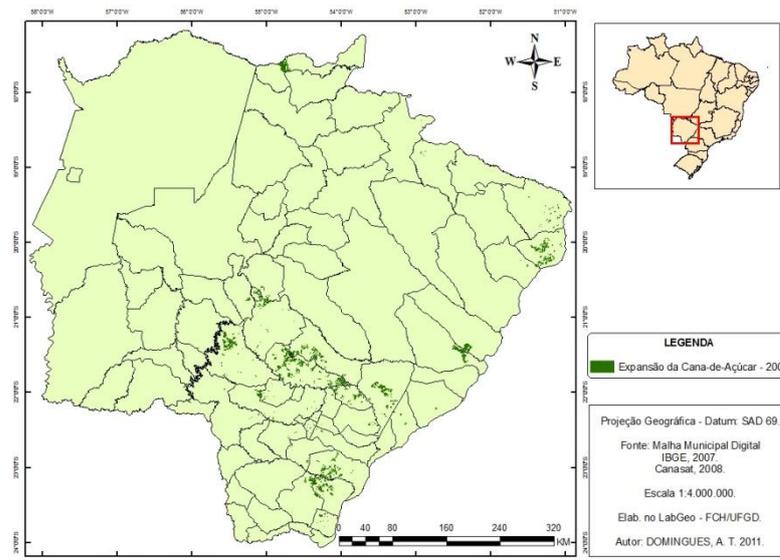
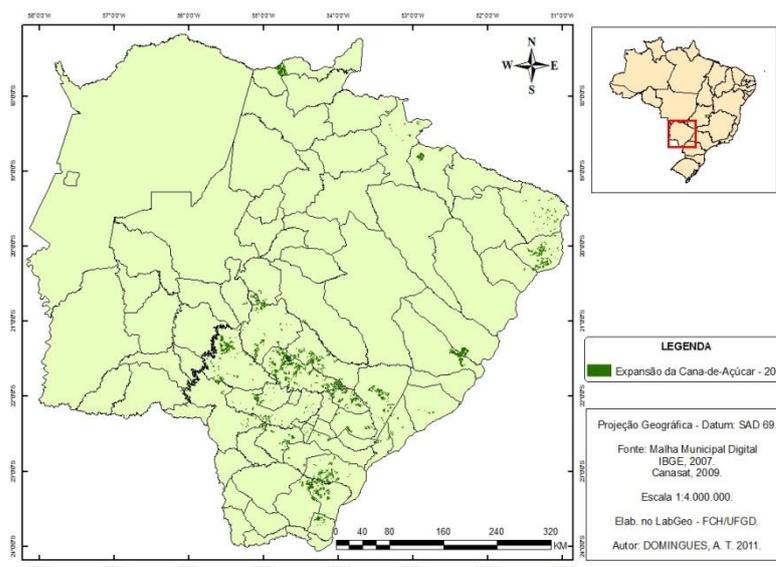


Figura 04 – Expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – 2009.



Por meio das figuras, tornamos visível a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Escolhemos os anos de 2007 à 2009, por entender que em tais anos houve uma expansão mais significativa quanto à espacialização e/ou territorialização da cultura canavieira.

O Papel do Estado no Processo de Expansão do Capital Agroindustrial Canavieiro

Viabilizando ainda mais a consolidação desse modelo de agricultura, o agronegócio canavieiro tem o apoio incondicional do Estado e das políticas públicas, por meio principalmente dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, das estruturas de armazenamento, etc. O papel do Estado¹⁰ na regulamentação e normatização do setor é imprescindível, pois há discursos e práticas que são impostos por parte do mesmo de forma a não democratizar as discussões e diálogos. Também vemos que o Estado realiza a fase pré-inicial do empreendimento que é “difundir o lugar”, revelando suas possibilidades e potencialidades para o capital sucroalcooleiro. Com relação ao papel do Estado, concordamos com Thomaz Junior (2002, p. 56) quando pondera que:

[...] a participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como na fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho [...].

No entanto, a partir da década de 1990, observou-se uma sensível modificação no tocante ao papel do Estado e das políticas públicas em relação ao agronegócio que se consolidou e se estruturou em bases privadas. Assim, a assistência técnica pública foi dispensada dentro do modelo adotado pelo sistema agroindustrial, devido ao processo de homogeneização tecnológica coordenado pelos grandes empreendimentos.

O estado de Mato Grosso do Sul, por meio da figura do governador, pretende a qualquer custo, implantar várias unidades industriais sem se preocupar com as consequências advindas das mesmas¹¹, como aumento inesperado da população dos pequenos municípios. Esse é o caso de Rio Brilhante, Maracaju, Angélica, Nova Alvorada do Sul, entre outros, que não tem suporte o suficiente por parte do Estado, ficando reféns do capital agroindustrial canavieiro.

Apresentamos como exemplo de apoio, o “Programa MS Empreendedor”. O programa foi implantado em 2001. Com ele, o governo oferece isenção de até 67% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) às indústrias que estão ampliando suas unidades ou àquelas em processo de instalação. A isenção pode durar até 15 anos. Os benefícios em relação ao imposto sobre serviços são negociados diretamente com as administrações municipais de cidades onde estão sendo implantados os projetos. Em alguns casos há redução de até 90%. Dessa forma, entendemos que a prioridade para o Estado é o apoio à monocultura e não à produção de alimentos.

Esse apoio estatal nas mais diversas esferas (federal, estadual ou municipal), estimula cada vez mais a expansão do setor canavieiro e a preocupação fundamental é a manutenção da lógica da reprodução do capital. Essas ações e discursos que justificam, no Mato Grosso do Sul, a exploração da força de trabalho (indígenas e migrantes) pela via da expansão da monocultura da cana, desmatamento de terras, exploração/depredação dos recursos naturais locais (principalmente a terra e a água), nos coloca desafios iminentes, ou seja, quais os impactos disso tudo na produção de alimentos?

Entretanto, o que notamos até agora é que o Estado continua direcionando políticas específicas para a expansão da cana-de-açúcar em várias regiões do país, como em períodos anteriores, onde destacamos o Pontal do Paranapanema e as novas fronteiras agrícolas, dentre elas o Mato Grosso do Sul, visando o mercado internacional e baseando-se no discurso do combustível renovável. Entendemos então que os interesses do capital internacional estão induzindo a expansão de cana no Brasil através de aquisições e/ou fusões entre grupos do setor agroindustrial canavieiro.

Algumas Considerações

Com a expansão do capital agroindustrial canavieiro, muitos municípios sul-mato-grossenses, passam por um redimensionamento territorial no que diz respeito ao êxodo rural, pois famílias inteiras mudam para a cidade com o sonho da melhoria de vida. Algumas são expropriadas de suas terras, formando assim um excesso de mão-de-obra não especializada. Isto causa uma nova precarização dos serviços públicos que acabam por não atenderem de forma satisfatória essa “nova” população que carece de “cuidados” (como saúde, educação, lazer, moradia, infraestrutura, entre outros).

O setor canavieiro gera alguns efeitos desde o início de sua implantação, pois os trabalhadores que vem para trabalhar na planta industrial, na sua maioria, são migrantes que veem na atividade canavieira uma oportunidade de melhorar as suas condições financeiras. Lembramos que estes migrantes¹², não vêm somente para trabalhar como cortadores de cana, mas também em cargos de líderes, de

coordenadores e até de gerentes. Outro fator que merece destaque é a concentração de terras por parte das usinas através de arrendamentos ou parcerias agrícolas, uma vez que, as mesmas precisam se sentir “confortáveis”, quanto ao domínio de grandes extensões de terras.

Não podemos esquecer que estas unidades agroindustriais, quando começam a operar, geram um crescimento considerável nas economias dos municípios, como é o caso de Rio Brillhante¹³; todavia, esse aumento populacional citado acima (principalmente migrantes), gera um aumento significativo na procura pelos serviços públicos, como saúde, segurança, educação e infraestrutura; dentre outras, além da enorme procura por imóveis, fazendo o preço dos mesmos dispararem, inclusive para a população local que já morava nos referidos locais.

Em alguns municípios, há resistência por parte dos grandes pecuaristas, sojicultores, entre outros, quanto à expansão canavieira, uma vez que os mesmos são organizados e suas representações políticas trabalham com o intuito de fortalecer ainda mais essa união entre a classe de produtores de soja.

Diante da expansão canavieira, surgem alguns aspectos, no tocante às relações de trabalho que, particularmente junto ao corte manual da cana-de-açúcar, são consideradas extremamente precárias, pois além de estarem fundamentadas nos ganhos por produção, tem o incremento degradante do conseqüente esforço físico que os trabalhadores depreendem, ou “auto-intensificam” constantemente no ritmo e na intensidade do trabalho para atingirem as metas pré-estabelecidas pelo capital e, conseqüentemente, comporem seus rendimentos. Outro ponto a destacar é o distanciamento que os separa dos familiares, pois a maioria dos trabalhadores são migrantes e somente no término da safra¹⁴ retornam aos seus lugares de origem.

De qualquer forma, o capital sempre encontra uma saída para se reproduzir. A forma mais utilizada por ele, no caso do capital agroindustrial canavieiro, é a precarização das relações de trabalho, seja no corte manual (pagamento por produção), seja no corte mecanizado (terceirização da mão-de-obra). Além da exploração da mão-de-obra, coloca o trabalhador alheio aos benefícios e lucros obtidos no processo produtivo.

A territorialização do setor canavieiro nas novas fronteiras de expansão, inclusive o Mato Grosso do Sul, aponta para uma reorganização espacial muito importante que resulta em uma mudança no perfil da produção agropecuária, repercutindo na produção de outras culturas, como é o caso dos alimentos.

O capital agroindustrial canavieiro planeja algumas estratégias de forma a precarizar e aumentar a exploração do trabalho. Sendo assim, as relações de trabalho no setor canavieiro passam por um amplo espectro de flexibilização. Segundo Alves (2005, p. 38), a mundialização e a reestruturação produtiva nos mostram uma nova ofensiva do capital na produção baseada no modelo de acumulação toyotista com o consentimento operário, denominada como “*captura da subjetividade operária pela produção do capital*”.

As unidades também precisam de trabalhadores menos qualificados, mas que saibam trabalhar com as máquinas modernas, como tratores, caminhões e colhedeiças. Aliado a isso, por conta da falta de condições e de subsídios para produzir na terra, os assentados ou seus filhos estão adentrando nesse ramo de produção com a sua mão-de-obra. Nesse caso, o assalariamento no corte de cana se constitui como uma alternativa para continuar reproduzindo sua condição de camponês¹⁵.

Outra prática bastante empregada pelas empresas agroindustriais canavieiras, principalmente nas novas fronteiras de expansão, é a de utilização de mecanismos como premiações no final da safra e bonificações durante a mesma, o que altera o ritmo do trabalho. O pior é que esse quesito tem alta taxa de aprovação entre os trabalhadores, pois os mesmos não consideram que estão sendo explorados.

Uma questão que deve ser levada em consideração é a contratação de migrantes e não da população local por entenderem que trabalhadores do Nordeste e interior de Minas Gerais são menos esclarecidos quanto a seus direitos, são menos sindicalizados, são passíveis de “manipulação” e mais susceptíveis às regras impostas pelo capital. Com isso tais trabalhadores não “ameaçam” a “tranquilidade” da empresa do ponto de vista reivindicativo.

Devido ao crescimento, alguns desdobramentos se consolidam motivados pela expansão e concentração do setor no país. Dentre eles, a superexploração do trabalho – formas típicas e assemelhadas de trabalho escravo, o desrespeito às comunidades tradicionais (indígenas, camponeses, posseiros, fundos de pasto, esses nas áreas de cerrado e na Amazônia), a degradação ambiental mediante a contaminação dos solos, mananciais, desmatamento, queimadas entre outros.

O monocultivo da cana-de-açúcar assim como outras monoculturas gera impactos ambientais por ser cultivado de maneira extensiva e com apenas um tipo de cultura. Também empobrece o solo de forma a reduzir a biodiversidade e, conseqüentemente, causa a devastação ambiental. Os produtos químicos utilizados na lavoura canvieira (herbicidas, pesticidas, fungicidas, entre outros) poluem o solo e a água (rios e córregos próximos, além do lençol freático) por meio de sua utilização intensiva, além da compactação dos solos pela mecanização.

Vale ressaltar que embora o aumento da mecanização esteja ocorrendo de forma ampla as queimadas ainda são frequentes no processo de colheita da cana. Essa prática destrói alguns microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias, pois a queima da palha exala gases que contribuem para o efeito estufa, além das cinzas que são lançadas nos municípios próximos à lavoura canvieira.

Também há a contaminação dos recursos hídricos por meio da intensa utilização de agrotóxico nas operações agrícolas e para o processamento agroindustrial, pois a água que retorna aos corpos hídricos mantém taxas de contaminação acima dos índices recomendados no processo industrial para a fabricação do açúcar, do álcool e o vinhoto que contamina rios e águas subterrâneas¹⁶.

Contudo vemos que em todos os lugares ou regiões onde a atividade canvieira está se desenvolvendo ou se expandindo, há conflitos pelo acesso à terra e à água, expropriação dos camponeses ou agricultores familiares, degradações ao meio ambiente, destruição dos recursos naturais, exploração de mão-de-obra. Tudo isso aliado ao discurso dominante de desenvolvimento¹⁷, e ainda, ao Estado que regulamenta e normatiza, consolidando tal discurso perante a sociedade. Isso, conseqüentemente ocasiona uma territorialização, desterritorialização e (re)territorialização a favor do capital e contra os trabalhadores.

Constatamos, entre outras situações, a degradação das relações de trabalho e os níveis de exploração/precarização que caracterizam as contradições (o pagamento por produção, contratação ilegal de migrantes, fragilização das relações de trabalho devido à adoção das novas tecnologias); além da degradação do meio ambiente (contaminação de nascentes, dos solos, queimadas, aterramento de árvores, entre

outros), rebatendo na perda constante e crescente da qualidade de vida dentro e fora do trabalho.

O percurso que o capital agroindustrial canavieiro percorreu até recentemente, no estado de Mato Grosso do Sul, nos indica que o desafio está em entender todas as tramas que se desenrolam por traz do desenvolvimento do capital agroindustrial canavieiro. Sendo assim, este artigo não tem a pretensão de esgotar as discussões advindas das ações do capital, mas pontuar alguns desdobramentos e perspectivas existentes e estamos certos de que se faz necessário continuar avançando. Acreditamos que diante da complexidade do assunto abordado, nossa discussão não foi esgotada, daí a necessidade de buscar ampliar o entendimento das contradições do sistema metabólico do capital, em suas múltiplas facetas, das relações sociais de produção e de trabalho.

Notas

* - Professor Assistente do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). Contato: alexjanjao@yahoo.com.br.

1 - Terceiro levantamento realizado pela Conab, janeiro de 2011.

2 - Para maiores informações sobre o papel da erva-mate no contexto sul-mato-grossense, ver a tese de doutorado de Figueiredo (1968), com o título *A presença geoeconômica da atividade ervateira*. A autora discorre sobre a atividade ervateira desenvolvida pelos espanhóis em Asunción (PY), Guairá (noroeste do Paraná) e Maracaju (sul de Mato Grosso do Sul) e a posse das terras nas regiões citadas acima pelos castelhanos.

3 - Entendemos como divisão internacional do trabalho, a especialização das atividades produtivas das regiões, que foram intensificadas com a globalização da economia, ou seja, cada região ou país fica designado a produzir certo tipo de produto – de acordo com o clima, relevo, precipitação de cada um.

4 - O território, para ter sentido a sua existência, possui alguns elementos que são a sociedade o espaço e o tempo. “[...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

5 - Foi instituído o decreto nº 6.961 de 17 de setembro de 2009, que aprova o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana). Estudo coordenado pelo MAPA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a fim de estabelecer normas para o crescimento e ordenamento do setor agro-sucro-energético e determinar ao Conselho Monetário Nacional (CMN) regras para o financiamento de tal setor. Tem como objetivo principal indicar e espacializar o potencial das terras para a expansão da produção da cana-de-açúcar no país planejando o uso sustentável das terras e em harmonia com a biodiversidade. Baseia-se em algumas diretrizes que permitirão a expansão da produção, que são: (a) indicação de áreas com potencial agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar sem restrições ambientais; (b) exclusão de áreas com vegetação original e indicação de áreas atualmente sob uso antrópico; (c) exclusão de áreas para cultivo nos biomas Amazônia, Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai; (d) diminuição da competição direta com áreas de produção de alimentos, e (e) indicação de áreas com potencial agrícola (solo e clima) para o cultivo da cana-de-açúcar em terras com declividade inferior a 12%, propiciando produção ambientalmente adequada com colheita mecânica.

6 - Em 2009, foi emancipado o município de Paraíso das Águas.

7 - Dados obtidos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur) no site <<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=1768&show=977>>. Acesso em: 17/12/2009.

8 - Para monitorar as imagens de sensoriamento remoto, elas devem ser obtidas por satélites a cerca de 800 km de altitude e podem ser utilizadas para observar diversas mudanças que ocorrem na superfície terrestre, dentre elas, o monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar. No Estado de São Paulo, esse projeto vem trabalhando desde 2003. Para os demais estados produtores de cana da região centro-sul, desde 2005. O projeto Canasat utiliza imagens de satélites para identificar e mapear a área cultivada com cana-de-açúcar, gerando a cada ano mapas temáticos com a distribuição espacial da cana. Estes mapas estão disponíveis na internet no site do Canasat onde os canaviais podem ser visualizados sobre as imagens. Além disso, é possível consultar sobre a localização dos canaviais, a área cultivada e a evolução do cultivo da cana nos últimos anos tanto por município quanto por estado. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>.

9 - Para análise espacial dos dados, foram utilizados aplicativos de SIG (Sistemas de Informações Geográficas – ArcGis, Spring e o Trake Maker) do LabGeo (Laboratório de Geoprocessamento da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados) e informações do Canasat/INPE⁹ (Mapeamento de cana via imagens de satélite de observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

10 - Destacamos que, entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, entra em ação a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930 quando iniciou uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando permanente a intervenção federal nesse setor (BARRETO, 2008).

11 - As consequências das quais o trecho acima trata estão sendo de toda forma ocultadas pela mídia local, como exemplo elencamos a seguinte matéria “Posição de MS na Produção de Bioenergia” publicada no canal da cana. Disponível em: <www.canaldacana.com/novo/view/index/?act=listar&cod_editoria=2185>, do dia 21/07/09, no qual todos os entrevistados da comissão do Canasul (Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar em Mato Grosso do Sul), defendem a idéia de desenvolvimento a partir do ampliação do setor canavieiro, desconsiderando todas as características regionais, utilizando do discurso para que se torne uma realidade.

12 - Esses migrantes são oriundos de várias partes do Brasil, mas principalmente dos estados de: Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

13 - Para mais detalhes, ver DOMINGUES (2010).

14 - A safra da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul varia de 08 a 10 meses ao ano.

15 - A intenção de nossa pesquisa não é fazer a discussão sobre camponês, produtor familiar, pequeno produtor, assentado, enfim, todas as terminologias utilizadas no campo, cada uma expressando suas particularidades, mas sim discutir sobre o papel desta classe (expropriados pelo capital) e suas formas utilizadas para resistir enquanto tal.

16 - De acordo com a agrônoma Marília Castro Lima, da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), para cada litro de etanol produzido é gerado de 10 a 13 litros de vinhoto. Ainda afirma que no Brasil, a maior parte dos reservatórios de vinhoto não é feita de cimento, o que facilita a contaminação de águas subterrâneas, como os aquíferos. Informação do relatório “Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, no ano de 2008.

17 - Segundo Oliveira (2009), presenciamos um modelo de desenvolvimento que se mostra incompatível com a demanda histórica dos movimentos sociais. Esse modelo se baseia na legalização das terras griladas, principalmente em São Paulo, no aumento intensivo da concentração fundiária, no não cumprimento das leis ambientais e trabalhistas, na intensificação da exploração e no controle do trabalho e da natureza, utilizando isso a seu favor. Também subjugando os pequenos produtores camponeses e sua produção de alimentos, além da Soberania Alimentar.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BARRETO, Maria Joseli. *Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina Alvorada do Oeste e da destilaria Decasa*. *Revista Eletrônica Pegada*, v. 9, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.961 de 17 de set. de 2009. *Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento*. Brasília, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, 2008. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Terceiro Levantamento de 2010 – Cana-de-açúcar*. Brasília, 2011.

DOMINGUES, Alex Torres. *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCH/UGD. Dourados, 2010.

FABRINI, João Edmilson. *A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquirai*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente. 1996.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*. 1968. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. UNESP/Presidente Prudente, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal*. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA TAMOIOS

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos*. 2009. Tese (Livre docência em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.